

Em tempos de Covid-19: O multiletramento universitário como estratégia instrutiva de ressignificação na prática pedagógica.

Luis Carlos Bittencourt¹ e Ediana Abreu Avelar²

Resumo

A desmaterialização da sala de aula presencial, principalmente nos tempos pandêmicos, tem como caminho para aumentar os índices de apreensão dos saberes e fortalecimento das habilidades de interpretação e da escrita, tão essenciais à técnica e à prática nos campos profissionais do Jornalismo e da Publicidade um retorno às bases da escolarização por meio da metodologia do letramento a partir das TICs e das tecnologias ativas disponíveis hoje em todos os ambientes educacionais. A baixa formação oriunda da Educação Básica e os novos hábitos adquiridos pelo consumo das mídias digitais vem exigindo do professor um esforço maior para garantir um desempenho escolar satisfatório frente a uma sala de aula dispersa e pouco participativa. A constatação desse cenário imputa ao professor uma maior responsabilidade, exigindo dele uma ação ainda mais consciente e eficaz. Ainda mais num ambiente incerto marcado por uma crise mundial de saúde pública que aponta para a consolidação de práticas virtuais de ensino-aprendizagem. O letramento universitário possibilita a redução dos problemas de leitura e escrita, percepção e reflexão crítica de graduandos, principalmente nas áreas das Ciências Sociais. Neste trabalho levantam-se questões sobre a qualidade da formação do ingressante no ensino de Terceiro Grau, bem como a necessidade de mudanças no processo de ensino-aprendizagem tal como é aplicado hoje, e propõe uma reflexão sobre novas estratégias instrutivas que considerem um ambiente escolar onde a pedagogia ativa e os itinerários do conhecimento possam fluir com maior efetividade por meio de múltiplas plataformas.

Palavras-Chave: Educação Superior; Comunicação; Letramento; Multiletramento; Ensino-aprendizagem.

Introdução

A sala de aula da sociedade 4.0³ é um lugar desafiante à interação de seus principais atores: professor e aluno. Conectados à virtualidade por meio de seus dispositivos móveis, o consumo da informação está de certa maneira simplificado para o

¹Doutor e Mestre em Comunicação e Cultura (UFRJ), Coordenador do curso de Jornalismo da Universidade Veiga de Almeida.

² Mestre em Educação (UCP), Especialista em Marketing e Docência do Ensino Superior (ESPM), Coordenadora do curso de Publicidade e Propaganda da Universidade Veiga de Almeida.

³ A expressão Sociedade 4.0 designa o quarto momento vivido pela humanidade em razão dos avanços da cibercultura e novas TIC's (Novas tecnologias da Informação e Comunicação). Baseada nos conceitos de Alvin Tofler, a primeira era é classificada como Agrícola, a segunda era como Industrial e a terceira, Serviços. Agora, com o mundo pós-pandemia do COVID-19, essa nova onda se consolidou ainda mais em razão da virtualização dos serviços, que cresce em nível exponencial em decorrência das medidas necessárias ao combate à doença.

discente que, fascinado com o imediatismo dos conteúdos de seus sítios de interesse ou redes de relacionamento, não tolera mais uma relação de ensino-aprendizagem que lhe imponha um esforço mental maior.

Mais do que tolerância, pode-se falar hoje em resiliência circunstancial graças às adaptações emergenciais que o sistema de ensino, em todo o mundo, em maior ou menor escala, teve que operacionalizar para não interromper ou diminuir os danos causados ao processo ensino-aprendizagem em decorrência da pandemia do COVID-19. Se havia alguma resistência às TICs por parte dos docentes e discentes pode-se dizer que foram reduzidas substancialmente sob pena de serem excluídos do sistema educacional aqueles que não aceitarem as inovações tecnológicas.

É salutar para a construção do conhecimento crítico a apropriação das funcionalidades de todos os meios e ferramentas digitais disponíveis, principalmente nos territórios educacionais, porque seu domínio permite um grande avanço intelectual àqueles que conseguem entender que o universo da mídia digital é mais do que um espaço para relacionamento e/ou entretenimento. O cenário pandêmico causado por um vírus real e devastador tem provocado uma mudança extraordinária na aceitação do ciberespaço como presença permanente no cotidiano das sociedades.

Na cibersociedade, há inúmeras possibilidades de otimização daquilo que está bom ou pode vir a estar. Por outro lado, a vivência quase que estritamente virtual elevava as chances de piora daquilo que é ruim ou mediano. É o que vinha acontecendo com a maioria dos alunos que chegavam às instituições de ensino superior de muitos países, principalmente no Brasil, onde a educação básica sofre com a falta de políticas públicas eficazes que garantam uma formação de qualidade.

A formação acadêmica da maioria dos alunos que chegam ao ensino superior é incipiente ou nula. Muitos derivam de escolas públicas de baixo desempenho e de regras que permitiam a aprovação automática nas primeiras séries como elemento motivador à permanência na escola. Ou mesmo, em situações mais extremas, que vão às escolas para garantir a alimentação básica de um dia.

Esse contexto, associado ao enfraquecimento do papel da escola na vida social e à banalização do hábito de estudar e da profunda imersão na vida digital possibilitou um desequilíbrio nas habilidades cognitivas necessárias para a apreensão de alguns saberes

científicos, enfraquecendo o processo de ensino-aprendizagem, principalmente nos modelos didáticos habitualmente utilizados no cotidiano escolar.

A constatação desse cenário imputa ao professor uma maior responsabilidade, exigindo dele um trabalho ainda mais consciente e uma ação de maior vigor em prol da mudança e da certeza de que seus alunos de fato aprendem aquilo que lhes é ensinado.

É o que se propõe neste artigo: renovar a atenção para um problema que não é novo, mas de difícil solução adequada se as medidas tomadas ficarem no ilusionismo de tirar respostas de uma cartola mágica. Este ano de 2020, especialmente, tem exigido muito esforço à parte de professores, de alunos e, principalmente, das instituições de ensino, notadamente aquelas que associam a qualidade de ensino ao *marketing* institucional.

É preciso abrir espaço para pesquisas interdisciplinares com esse objetivo. Igualmente é necessário apoiar financeiramente os docentes, bem como à aquisição de material instrucional, de tal forma que possam dedicar parte de seu tempo a criar alternativas educacionais que efetivamente contribuam para a melhoria do ensino e da formação de cidadãos mais aptos ao enfrentamento dos desafios de uma sociedade tão complexa como a atual.

1 - A Barreira Dialógica

Antes de tudo, vivenciam-se na instituição escolar modelos ultrapassados que não mais correspondem à realidade complexa em que se vive hoje no mundo contemporâneo. Pode-se dizer que se ensina hoje como se ensinava, na sua essência, no final do século XIX. A instituição educacional, de modo geral e com poucas exceções, segue modelos hierárquicos coercitivos e de controle (FOUCAULT, 1997). E a partir desses parâmetros “modelam-se” os indivíduos que vão atuar em sociedade numa espécie de processo circular de repetição que a psicanálise observaria como um sintoma.

É como no dizer de Perrenoud (2000, p.149):

Na escola, as regras, por muito tempo, foram impostas de cima, com sanções ao final. A disciplina – fundamento histórico das disciplinas – está no princípio da escola como das ordens monásticas e outras instituições regidas por uma autoridade não-compartilhada.

Ser professor é muito difícil nesses tempos de escola de ambivalência democrática, desmoralizada, desatualizada e sem diálogo, porque não consegue entender os códigos que permeiam a mente dos sujeitos pertencentes à atual geração. É uma escola doente, anêmica, desprovida do vigor adolescente e psicologicamente presa a princípios éticos e pedagógicos ultrapassados. É um problema ético e político, sobretudo, porque é a educação, em todos os seus níveis e modalidades, o elemento construtor de uma sociedade mais desenvolvida, equitativa e participativa.

Contudo, ser aluno na sociedade digital é mais difícil ainda. Por vezes existe um mal-estar acadêmico e um *nonsense* sobre o quê se está vivenciando na escola. O cotidiano niilista, onde a atenção exclusivamente foca-se nas interações virtuais, retrai e blinda qualquer possibilidade de dedicação a algo aparentemente inútil. A cibercultura mudou as relações sociais com dinamismo e praticidade, mas tem possibilitado a formação de sujeitos pouco reflexivos e carentes de instrução. É com esta realidade que o professor deve lidar hoje. Sem condenações ou juízos de valor *a priori*, mas aceitá-la como um “princípio de realidade”.

É preciso conhecer o campo de modo que se planeje corretamente como se dará a semeadura. Um diagnóstico preciso orienta passos futuros, porém (GANDIN, 2002, p.21) “na prática de uma instituição como a escola, o diagnóstico raramente é feito”. Ocasionalmente e de maneira involuntária, devido às enormes turmas que se apresentam nas instituições de ensino superior, principalmente nas escolas particulares, a primeira atitude docente é a de não diagnosticar o problema individual e coletivo de uma turma, negando inconscientemente aos discentes oriundos das escolas de concepção bancária⁴ (FREIRE, 1983), antidialógicas, as chances de suplantar as dificuldades da leitura e da escrita, habilidades individuais necessárias ao pleno desempenho escolar e profissional.

Trata-se, sobretudo, reitera-se aqui, de uma questão ética. Como afirma Perrenoud,

É justo deslocar-se livremente durante determinada atividade e ter que pedir permissão em outra? É justo que um aluno seja ajudado, e um outro abandonado a si mesmo? É justo propor uma atividade que interesse a uns e desagrade a aos outros? É justo confiar em uns e fiscalizar os outros de perto? Um professor faz

⁴ Educação Bancária é um termo utilizado por Paulo Freire (1983) em seu livro Pedagogia do Oprimido. Segundo este pensador, é o conhecimento transmitido de maneira “autoritária” que não permite um diálogo entre professor e aluno, inibindo desse modo a interação e o espaço para a construção de novos saberes, bem como a participação do aluno no processo de ensino-aprendizagem.

justiça. Justiça distributiva e comutativa quando decide recompensas e privilégios. (2000:152)

Perrenoud (2000) enumera dez novas competências para ensinar. Faz, no subtítulo deste importante livro, um “convite à viagem”. É disso mesmo que se trata: de uma viagem, de explorar novos lugares, novos meios de ensinar. O livro em questão data originalmente de 1999. São mais de dez anos em que muita coisa mudou nas escolas, principalmente o papel das novas tecnologias da comunicação e da informação.

O autor fala em “organizar e dirigir situações de aprendizagem”; em “conceber e fazer evoluir os dispositivos de diferenciação”, aceitando e administrando a heterogeneidade; no trabalho de equipe; no uso das novas tecnologias e no enfrentamento dos “deveres e dilemas éticos da profissão”, entre outras coisas. Reflete também sobre a necessidade de o aluno “administrar sua própria formação contínua”.

Floyd Merrell, estudioso de Charle Peirce, faz uma análise interessante sobre o verdadeiro processo dialógico, aquele que aceita o Outro. A citação é um pouco longa, mas necessária:

No caso de uma injunção genuinamente dialógica, o destinatário de uma mensagem deve tentar se colocar na pele da emissora; deve sentir aproximadamente como (Primeiridade) está sentindo a emissora, numa situação dentro da qual ele (o destinatário) não teria experienciado (Secundidade) se não tivesse seguido a sugestão dessa emissora. Se o destinatário consegue `empatizar` (empathize, identificar-se) com a emissora, talvez possa interpretar os seus signos recebidos (Terceiridade) de maneira a `entrar` nos signos da emissora. Se não, pode pedir esclarecimento, e então começar de novo, ou talvez apresentar uma contramensagem para a emissora. (MERRELL, 2012: p. 235)

O texto acima argumenta contra "a injunção Simplesmente diga não", que é o mais comum em sala de aula para ambas as partes, professor e aluno, quando alguma barreira de comunicação se coloca entre eles. É o caminho mais fácil. Numa situação assim, "Não haveria nenhuma `intersemiotividade`" e "a característica apropriadamente *dialógica* da *semiose* seria barrada" (MERRELL, 2012: p. 234). Não é verdadeiramente assim que acontece, ressaltando as raras exceções?

2 - Compartilhar Experiências

Há textos que dão prazer e euforia, dizia Barthes (2002). São aqueles que nos convidam à leitura, a deixar fluir o tempo em momentos de encantamento, de um recolhimento autoimune a tudo que não seja o prazer gerado pela escrita. Se assim é, por

que então há tanto desprazer na leitura entre universitários, com reflexos extremamente negativos no processo ensino-aprendizagem?

Não se trata de incluir na referência bibliográfica uma série de livros como se apenas isso bastasse para obrigar o aluno a ler e ampliar o seu universo perceptivo. Sabe-se que o aumento exponencial da informação não está diretamente vinculado ao seu potencial de assimilação. Em outras palavras, ler muito não significa saber, principalmente se o que se lê não é compreendido adequadamente.

É disso que se trata: **entender o que se lê**. Não se fala aqui de romances, novelas e literatura *best seller*. Fala-se de literatura funcional de livro de formação adotado em cursos universitários. O aluno, com as exceções de praxe, já vem do ensino médio com deficiências de formação básica que criam obstáculos à adequada formação universitária. E com muitas barreiras cristalizadas que exigem do professor malabarismos para poder rompê-las, o que nem sempre é fácil pelas raízes profundas na consciência do aluno.

Uma questão que se coloca, e que inquieta o professor no exercício de seu trabalho, é que profissional estamos preparando. Preparamos para o mercado ou preparamos para a vida? São questões relevantes que, num contexto de mudanças em todos os níveis, como o atual, e sem as certezas confortadoras de alguns anos atrás, podem inviabilizar qualquer projeto particular de carreira docente.

Quantas vezes ouvimos de viva voz ou detectamos sinais de angústia de professores paralisados por uma luta íntima ao não conseguirem mais responder a uma pergunta básica diante de uma turma que não reage à suas tentativas de viabilizar seus planos de aula: “o que estou fazendo aqui”? Por outro lado, da mesma forma o aluno se pergunta: “para que serve tudo isso”?

Ao prazer de ler é preciso, antes de tudo, no caso do professor em sala de aula, associar a competência de ensinar ao prazer de lecionar. São situações distintas. E para isso, o professor não pode ter dúvidas éticas que o impeçam de agir em sala de aula com a liberdade e a criatividade necessárias ao fluxo contínuo que permitirá a boa relação de ensino-aprendizagem.

Em tempos de novos métodos ativos de ensino, os alunos têm que querer aprender e os professores têm que viabilizar essa aprendizagem com a infraestrutura mais adequada que a instituição possa oferecer ao desempenho dessa tarefa. Deve-se encontrar uma

estratégia instrutiva de transmissão do saber, de modo a garantir que as condições para o aprendizado sejam preservadas.

Em artigo da Revista *Educação*, Walter Omar Kohan pergunta “O que pode um professor?”. Ele recorre a Deleuze ao falar da necessidade de se criar o que chama de “intercessores” no ato de criar. Afirma que se deve “aprender a criar; deve-se criar para aprender”. No mesmo artigo cita a leitura que Gilles Deleuze fez da *Ética* de Spinoza “como uma teoria dos afetos, sendo o afeto a variação contínua da potência de existir ou da força para agir”. Diz ele:

Para Spinoza de Deleuze há dois afetos fundamentais: a alegria – o afeto que aumenta nossa potência de agir- e a tristeza – o afeto que a diminui. A potência para agir e existir aumenta ou diminui em virtude das ideias e dos bons encontros que se tem (...). Uma das questões éticas principais passa a ser então: de que coisas alguém é capaz de ser afetado ou em que tipo de relações participa de maneira a aumentar a sua potência para afetar e ser afetado”. (KOHAN, 2012: p. 51)

Num exercício de aplicar os conceitos de “alegria” e de “afeto” (nos dois sentidos) na prática da sala de aula, pode-se considerar para efeito de análise dois tipos de alunos: os racionais e os emocionais. De modo geral, o primeiro está presente numa escala menor do que o segundo tipo. Há uma predominância do aluno emocional que, a princípio, seria mais “afetado” do que o tipo racional.

No entanto, no contexto de uma sala de aula, temos que considerar os dois tipos numa relação ensino-aprendizagem. O que se constata é que os métodos tradicionais de ensino deixaram de ser eficazes para ambos os tipos de alunos. Ao privilegiar uma ou outra metodologia, mais abstrata ou mais empírica, mais racional ou mais emotiva, o professor não contenta o grupo como um todo, o que prejudica a comunicação e a sua capacidade de ser “intercessor”. A questão que se coloca é como agir para gerar resposta, ou seja, o que fazer para “aumentar a sua potência para afetar e ser afetado”.

Se falamos de sala de aula presencial, pois ainda é este o espaço quase que absoluto em que se dá a interação ente professor-aluno, em que os conceitos de alegria e afeto acima referidos são essenciais, o que dizer ao introduzirmos o ambiente virtual neste processo de interação para que tenha resultados positivos? Que ferramentas e meios utilizar para que o virtual possibilite a interação “alegro-afetiva” tão necessária à aprendizagem?

Um professor apático e sem motivação, presencial ou virtualmente, não gera dinâmica suficiente em sala de aula para exercer o seu papel de ensinar (no sentido tradicional) ou de “interceder” (no sentido de ativar potências e gerar respostas). Sem empatia não há intercessão. Freud não escreveu especificamente sobre a educação, mas fez algumas observações em períodos distintos de sua vida, refletindo a evolução da teoria psicanalítica.

Nos seus últimos escritos, chegou a dizer que a educação não existia, quando abordava a questão da “pulsão de morte”, mas em outros momentos chegou a ter uma opinião mais favorável sobre a transmissão do saber e os processos educativos.

É notável que Freud fala em uma educação psicanaliticamente esclarecida, sugerindo um processo educativo que utiliza a psicanálise como ferramenta de compreensão dos fenômenos infantis, mas não aponta para uma aplicação dos preceitos teóricos na educação”. (LIMA & LIMA, p. 212-219).

Com base nos esparsos escritos de Freud, pesquisadores e educadores avançaram na discussão sobre o assunto, mostrando a importância da psicanálise para compreender a relação ensino-aprendizagem, sem falar nos trabalhos substanciais de psicólogos que criaram a base da educação moderna.

Aqui, no entanto, no escopo deste artigo consideram-se não os entraves psíquicos individuais no processo ensino-aprendizagem, sem dúvida relevantes e prementes de estudos por parte dos especialistas, mas a viabilidade de uma prática pedagógica que traga respostas imediatas à demanda urgente, para não dizer angustiante, do professor que enfrenta hoje, neste exato momento, dificuldades para gerir uma sala de aula do ensino superior – aqui particularmente em cursos de Comunicação - tendo em mente que (GADOTTI, 2008, p. 63) “ser professor hoje não é nem mais difícil nem mais fácil do que era há algumas décadas. É diferente”.

Hoje se faz necessária a coparticipação, como afirma Merrell citando o físico quântico John A. Wheeler. Diz Merrell (2012, p.298) que “Nós *coparticipamos* e *colaboramos* com o universo (e o universo de signos) no seu processo, no nosso processo e no processo dos nossos signos, na auto-organização geral”. Não deveria ser assim a postura dialógica em sala de aula em que ambos, docente e aluno, se aceitam mutuamente no contrato ético de uma pedagogia mais democrática e adequada aos nossos tempos? Ademais quando nesses tempos imperam a virtualidade e as conexões em redes,

promotores do novo cotidiano colaborativo que deve manifestar-se, sobretudo, nos espaços escolares.

3 - Uma Base Dialógica ao Letramento

Há muito tempo, o Letramento é um método comumente utilizado à alfabetização de alunos da educação básica. Devido ao seu uso nas primeiras séries, imagina-se que sua utilização possa estar superada na educação de nível superior. O professor espera que o aluno, ao se matricular em sua classe, venha minimamente preparado para uma reflexão mais avançada, própria dos padrões universitários.

Após refletir sobre o estado da arte da alfabetização brasileira nos últimos vinte anos, (SOARES, 2004) propõe uma reinvenção do conceito de Letramento e de sua indissociabilidade ao conceito de alfabetização.

Devido ao agravamento dos entraves para apreensão e domínio de competências de leitura e escrita, a pesquisadora propõe uma prática pedagógica mais complexa para o enfrentamento dos problemas já nas séries iniciais. O Letramento deve, para além da própria alfabetização, garantir a instrumentalização para que a atitude profissional e a participação social sejam mais conscientes e efetivas. A constatação não é se o profissional sabe ou não ler e escrever e sim se ele sabe ou não interpretar ou problematizar em busca de soluções.

A inserção do Letramento como prática importante no processo de ensino e aprendizagem surge oficialmente no Brasil em meados da década de 1980 (SOARES, 2004). Diferente do fenômeno da alfabetização, que pertence ao sistema de escrita, o Letramento se estrutura de modo a gerar competências para além da capacidade de ler e escrever.

No Ensino Superior, o Letramento, quando planejado e metodologicamente aplicado, pode ser um instrumento de grande valor docente para reverter déficits cognitivos, romper barreiras cristalizadas e instaurar atitudes positivas de respeito mútuo em sala de aula. Sendo uma prática que se incorpora aos hábitos culturais e comportamentos sociais dos indivíduos,

o Letramento não é uma abstração. Ao contrário, é uma prática que se manifesta nas mais diferentes situações, nos diversos espaços e nas diferentes atividades de vida das pessoas, permeado por condições reais. (LEAL, 2001, p. 53)

Cada vez mais na lista dos ingressantes vislumbra-se um número cada vez maior de alunos com reais dificuldades de aprendizagem, notadamente em decorrência de políticas públicas inclusivas fomentadas pelo Poder Público e para as quais as instituições de ensino ainda não estão suficientemente preparadas, apesar dos esforços de nivelamento e outras ações pontuais.

É nesse contexto que o Letramento, por meio de exercícios e práticas de leitura e escrita associados aos métodos pedagógicos derivados das novas TIC's, pode ser incorporado, por idealismo destes pesquisadores, como uma técnica de ensino-aprendizagem universitária, cujo objetivo deve ser o de permitir um melhor domínio interpretativo e analítico.

Mais do que isso, hoje fala-se em "multiletramento", ainda mais numa época em que o processo educacional, do pré-escolar ao ensino superior, sofre uma concorrência brutal e perigosa das redes sociais. Neste segundo semestre de 2020, por exemplo, um documentário norte-americano, "The Social Dilemma" (em português "Dilema das redes"), desencadeou uma discussão sobre os efeitos nocivos que redes sociais como o Facebook causam às pessoas e à sociedade me geral.

E isso acontece no momento em que tivemos, por força da pandemia, que nos reiventarmos como educadores tecnológicos. Passamos a incorporar novos aparelhos tecnologicamente aprimorados, aplicativos diversos e os mais variados recursos na formação dos nossos estudantes de todas as idades. E as redes sociais fazem parte dessa mudança. O que fazer? Deixá-la de fora?

Uma primeira alternativa de resposta seria não, não podemos deixar as redes sociais de fora na renovação das formas de ensinar. Pelo contrário, precisamos não só reforçar a sua incorporação aos processos educaconais bem como reintroduzir o conceito e a prática de "educação para as mídias" no sentido de uma utiização efetiva porém crítica das novas tecnologias e das redes sociais.

A isso incorporamos o conceito de "multiletramento". Conforme ROJO (2013),

O conceito de multiletramentos, articulado pelo Grupo de Nova Londres, busca apontar (...) para dois tipos de "múltiplos" que as práticas de

letramento contemporâneas envolvem: por um lado, a **multiplicidade de linguagens**, semioses e mídias envolvidas na criação de significação para os textos multimodais contemporâneos e, por outro, a **pluralidade e a diversidade cultural**. (ROJO, 2013, pg. 13. Destaques nossos).

Já em 2018ⁱ, os cursos da área de Comunicação da Universidade Veiga de Almeida, no Rio de Janeiro, inquietados com o baixo desempenho acadêmico de seus alunos nas classes, buscou entender, por meio de pesquisa exploratória, os hábitos de leitura e o nível de capacidade analítica dos alunos. Os relatos discentes serviram para indicar quais eram as deficiências de entendimento dos conteúdos, e quais alunos mereceriam melhor atenção em razão dos desníveis cognitivos.

Esse entendimento preliminar levou à constatação de que uma intervenção era necessária. Diante das inúmeras possibilidades no campo das metodologias ativas, as coordenações, por entenderem que o alunado carecia de instrumentalização básica, optou em testar numa disciplina comum a Publicidade e Jornalismo, exercícios semelhantes ao letramento na educação infantil.

Esse retorno ao básico da escola pode num primeiro momento levar a uma ideia de retrocesso metodológico, tendo em vista que deveria ser inerente à vivência universitária a leitura crítica e a produção textual de nível avançado.

Os resultados da aplicação dessa metodologia, com declarada intenção de melhorar a leitura e a escrita para o enfrentamento profissional, por meio de trabalhos e avaliações, indicaram que os alunos se desenvolveram positivamente com essa prática, porque conseguiram aprender ao traduzir com suas próprias palavras os saberes ensinados. O ato de redigir um texto sintetizando o que foi explanado ajudou na fixação dos conceitos, estimulando a reflexão e o raciocínio.

A pós-graduação em Tecnologias Educacionais, que os dois coordenadores de Publicidade e Jornalismo fizeram, consolidou a proposta de estudo do Letramento, agora incorporando o conceito e metodologias de Multiletramento, que será objeto de desenvolvimento posterior, buscando revigorar os métodos de ensino-aprendizagem por meio de uma pedagogia ativa, sugerindo ao alunado (CORLETAZZO, 2018) “o itinerário formativo” a ser seguido durante a sua jornada de estudos, democraticamente respeitando as cognições intelectuais de cada estudante.

Considerações Finais

É necessário repensar a prática pedagógica no ensino superior, pois um projeto de intervenção educativa deve consistir no estímulo, apoio e organização visando estabelecer a relação entre os alunos e o saber (TRINDADE, 2002).

Diante do cenário atual e da perspectiva de fracasso escolar, profissional e social, é urgente a necessidade de se fazer alguma coisa, iniciativas de grupos ou ações isoladas que buscam romper com a barreira do mesmo e da repetição. É preciso abrir a porta para experiências novas, para a pedagogia *coparticipativa* e crítica que estimule a criatividade e a colaboração do aluno. Não mais uma era de conteúdo e de uma relação passiva, mas sim espaços de troca para uma jornada formativa mais individualizada, onde as deficiências acadêmicas possam ser solucionadas por meio de múltiplas plataformas, tradicionais ou disruptivas, disponíveis hoje para um desenvolvimento humano que assegure uma melhor qualidade do processo.

Para isso é fundamental entender esse aluno, dialogar com ele, trazê-lo de volta (ou de vez) para o contrato que se estabelece em sala de aula, só que em bases novas e abertas ao diálogo, ao respeito às diferenças, ao espírito da liberdade e da expressão que deve sempre nortear de forma educativa a troca entre professor e alunos.

Para que isso ocorra é preciso incorporar novas metodologias e práticas pedagógicas, abrindo espaço em sala de aula para a *experencição*⁵ (que em termos semióticos estaria na categoria da Secundidade, na vivência e na existência de cada um). Em outros termos, ceder espaço à empatia, ao emocional, não para se atrelar a ele e assim permanecer, mas para deixar fluir a criatividade e o novo (Primeiridade) que, num intercâmbio com um terceiro elemento já dado (Terceiridade), o saber adquirido, possibilitasse processos de ressignificação num movimento constante de vir-a-ser.

Conseguiríamos assim abrir espaço para a lógica do Multiletramento? Conseguiríamos assim reduzir o abismo que vem separando cada vez mais o jovem estudante da leitura e dos modos lógicos tradicionais de aquisição do conhecimento?

⁵ O conceito aqui empregado foi utilizado pela primeira vez por Eugene T. Gendlin, psicólogo criador da Terapia Orientada pela Focalização ou Terapia Experencial. “A própria palavra *Experencição* consiste em um neologismo, quando incorporada à língua portuguesa, devido à dificuldade de sua tradução a partir do original *experiencing*”, que conota algo em processo. MESSIAS & CURY (2006).

Conseguiríamos incorporar efetivamente ao processo educacional as novas tecnologias e as redes sociais de forma crítica para o bem da sociedade?

Porque de uma coisa estamos certos: para os universitários da sociedade 4.0, o Multiletramento como estratégia instrutiva funciona como um instrumento seguro para a diminuição dos problemas de leitura e escrita, interpretação e análise, percepção e crítica, ideias e redenhos. E este convém ser aplicado dentro de novas trilhas de conhecimento, propiciando um novo ambiente escolar onde há ganhos para vários atores: o professor, estudante e sociedade.

Bibliografia

CORTELAZZO, Angelo Luiz (et al). *Metodologias Ativas e Personalizadas de Aprendizagem*. Rio de Janeiro: Alta Books, 2018.

BARTHES, Roland. *O Prazer do Texto*. 3a. ed. São Paulo: Perspectiva, 2002.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. 35ª. Edição. Petrópolis: Vozes, 2008.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 12.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GADOTTI, Moacir. *Convocados, uma vez mais: Ruptura, continuidade e desafios do PDE*. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2008.

GANDIN, Danilo. *Sinais da Realidade no Processo de Planejamento*. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

KOHAN, Walter Omar. *O que pode um Professor*. In: Deleuze pensa a Educação. Revista Educação, No. 6, 2012.

LEAL, Leiva de Figueiredo Vianna. Sujeito Letrado, Sujeito Total: implicações para o letramento escolar. In: *Alfabetização e Letramento, Significados e Tendências*. LIMA, Maria Sampaio Alencar; LIMA, Maria Celina Peixoto. Dois discursos freudianos sobre a educação: considerações acerca da inibição intelectual. *In*. *Psyco*, v. 42, n. 2, pp. 212-219, abr./jun. 2011.

MATTAR, João. *Metodologias ativas – para a educação presencial, blended e a distância*. São Paulo: Artesanato Educaconal, 2017.

MERREL, Floyd. *A Semiótica de Charles S. Peirce Hoje*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2012.

PERRENOUD, Philippe. *10 Novas Competências para Ensinar*. Porto Alegre: Artmed, 2000.

PLASTINO, Carlos Alberto. *O Primado da Afetividade. A crítica freudiana ao paradigma moderno*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

ROJO, Roxane (Org.) *Escol@ conectada – os multiletramentos e as TICs*. São Paulo: Parábola, 2013.

TRINDADE, Rui. *Experiências Educativas e Situações de Aprendizagem*. Porto: Asa, 2002.

SOARES, Magda. *Letramento e Alfabetização: As muitas facetas*. Revista Brasileira de Educação. N. 25, pp. 5-17, jan/abr, 2004.

VERAS, Marcelo (Org.). *Inovação e métodos de ensino para nativos digitais*. São Paulo: Atlas, 2011.

Pesquisa na Internet

MESSIAS, João Carlos Caselli & CURY, Vera Engler. "Psicoterapia centra na pessoa e o impacto do conceito de experenciação". In: *Psicologia: Reflexão e Crítica*. Acesso em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-79722006000300003&script=sci_arttext

¹ Em 2013 o Conselho Nacional de Educação criou o Bacharelado em Jornalismo, bem como o de Relações Públicas, excluindo os dois cursos como habilitações da Comunicação Social. Desde 2015 a UVA oferece graduação em Jornalismo e Comunicação Social – Publicidade e Propaganda.